



A Administração da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 07"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **1. Mensagem do Presidente.** Em 2022 vivenciamos um ano de muitos desafios, potencializado pelo fato de termos durante o ano inteiro todos os nossos empreendimentos 100% operacionais. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receta Anual Permitida) das SPEs de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 9,4% em relação ao preço anterior, totalizando uma RAP consolidada de R\$ 1,187 bilhões. Refletido o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R\$ 1,818 bilhões, aumento de 98% em relação a 2021. O Lucro Líquido de 2022 foi de R\$ 349 milhões, uma variação positiva de 93% em comparação ao ano anterior. Como citado anteriormente, iniciamos o ano com todos os empreendimentos 100% operacionais, por isso, nossos investimentos foram bem inferiores em comparação aos anos anteriores, atingindo a marca R\$ 26 milhões em transmissão e R\$ 103 milhões em renováveis, focados, principalmente, nos termos de contratos de engenharia, compensações ambientais e negociações fundiárias. Os resultados de 2022 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2023. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reformas e melhorias em nossa rede. Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados. **2. Cenário.** A Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. ("SPE 07" ou "Companhia") sociedade anônima de capital aberto, criada com o propósito de Sociedade de Propósito Específico (SPE), que tem como controlador final a Equatorial Energia S.A. - EOLT, que possui 100% do seu capital por meio de controles societários indiretos entre as empresas do grupo econômico, a EOLT é uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Companhia foi constituída em 17 de novembro de 2016, tem por objetivo operar e operar contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANPEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Replicação, consistente na: (a) Linha de Transmissão 500 kV Vila do Conde - Marituba - 56,1 quilômetros; (b) Linha de Transmissão 500 kV Marituba - Castanhal - 86,6 quilômetros; (c) Subestação 500/230 kV Marituba - (3+1R) x300 MVA; e (d) Subestação 230/69 kV Marituba 2x200 MVA. O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibiliza mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. O sistema de transmissão atravessa 10 municípios no Estado do Pará: Arazá, Ananindeua, Barcarena, Belém, Brejo, Castanhal, Inhangapi, Marituba, São Francisco do Pará e Santa Isabel do Pará. Para o novo ciclo 2022/23, que teve seu início no mês de julho de 2022, a Receta Anual Permitida (RAP) da Companhia é de R\$ 120,41 milhões, atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL. Os serviços de construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão e distribuição tiveram o benefício fiscal do REDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, que concede a suspensão dos contribuintes PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme Atto Declaratório Executivo DRE nº 57, de 01 de agosto de 2017. A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação desde 2020, recebendo a RAP (Receta Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras foram concluídas e energizadas em três etapas de entrega, sendo a primeira em 22 de setembro de 2020, compreendendo 34% da rede, referente ao Seccionamento da LT 230kV/69kV - Utinga e SE 230/138/69kV Marituba. A segunda etapa, foi entregue em 15 de dezembro de 2020 compreendendo 53% de receita, referente

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2022	2021	Passivo	Notas	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	176	19.808	Fornecedores	9	10.145	12.512
Aplicações financeiras	6	51.636	52.531	Empréstimos e financiamentos	10	18.998	86.102
Contas a receber de clientes		14.159	12.071	Debitantes	11	2.321	1.462
Serviços pedidos		316	-	Impostos e contribuições a recolher	12	1.035	1.080
Adiantamento a fornecedores		2.742	2.703	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	12	8.972	5.278
Impostos e contribuições a recuperar		1.755	1.754	PIS e COFINS diferidos	13	4.698	-
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		12.657	6.431	Dividendos a pagar	15	5.763	4
Outras contas a receber		1.924	1.563	Encargos setoriais		828	437
Ativos de contrato	8	135.996	117.701	Outras contas a pagar		1.252	981
Total do ativo circulante		221.371	214.562	Total do passivo circulante		54.015	107.858
Não circulante				Não circulante			
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		5.118	5.118	Empréstimos e financiamentos	10	247.001	263.466
Outras contas a receber		-	30	Debitantes	11	159.137	151.351
Intangível		570	590	PIS e COFINS diferidos	13	109.228	104.869
Ativos de contrato	8	954.041	944.990	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	12	142.328	130.529
Total do ativo não circulante		959.729	950.728	Outras contas a pagar		258	259
Total do ativo		1.181.100	1.165.290	Total do passivo não circulante		657.952	650.474
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16	146.857	146.857
				Reserva de lucros	16	322.276	260.103
				Total do patrimônio líquido		469.133	406.960
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.181.100	1.165.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva para expansão e investimento	Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		146.857	-	12.215	22.736	-	4.019	-	390.452
Dividendos adicionais de 2020 distribuídos	-	-	-	-	-	-	(4.019)	-	(4.019)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	20.531	20.531
Destinação do lucro do exercício:									
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.027	-	-	-	(1.027)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	191	-	-	(195)	(4)
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	(4.706)	-	4.706	-	-
Constituição da reserva para investimento e expansão	-	-	-	-	-	19.309	-	(19.309)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		146.857	-	13.242	22.846	19.309	4.706	-	406.960
Dividendos adicionais de 2021 distribuídos	-	-	-	-	-	-	(4.706)	-	(4.706)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	72.642	72.642
Destinação do lucro do exercício:									
Constituição de reserva de incentivo fiscal	16.2.a	-	-	14.270	-	-	-	(14.270)	-
Constituição de reserva legal	16.2.b	-	-	2.919	-	-	-	(2.919)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	-	-	-	(555)	(555)
Dividendo adicional proposto	15	-	-	-	-	-	24.364	-	24.364
Constituição da reserva para investimento e expansão	16.2.c	-	-	-	-	30.534	-	(30.534)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	16.2.c	-	-	-	-	-	-	(5.208)	(5.208)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		146.857	14.270	16.161	21.738	49.843	24.364	-	469.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade de propósito específico, anônima de capital aberto, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissora S.A. empresa do grupo Equatorial Energia S.A. domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo operar e operar concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANPEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Replicação, consistente na: (a) Linha de Transmissão (LT) 500kV (*) (Vila do Conde - Marituba, 56,1 (*) km; (b) LT 230 kV (*) - Marituba - Castanhal, com extensão aproximada de 68,6 (*) km; (c) Subestação (SE) 500/230 - 13/1 (*) kV Marituba - (3+1R) x300 MVA (*) e (d) SE 230/69 - 13/8 (*) kV Marituba (2x200 MVA). A Companhia tem prazo de duração equivalente ao prazo do contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. **1.1 Não audito.** **1.2 Contrato de concessão:** O Contrato de Concessão nº020/2017 assinado entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, amplitude e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como metas de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do Poder Concedente. Em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do Poder Concedente. O contrato de concessão está autorizado a operar por meio da Licença de Operação nº 12960/2021, com validade até 01 de abril de 2025, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. **1.3 Impactos da Covid-19:** A Companhia não identificou efeitos financeiros e econômicos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Desde março de 2020, a Companhia, adotou medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), visando proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores, tendo retornado às suas atividades presenciais no segundo semestre de 2021. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis. **1.4 Base preparada e apresentação das demonstrações contábeis:** 2.1 **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma consistente com as normas emitidas nos Pronunciamentos Contábeis (PCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCF nº emitida pelo CFC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2023. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Tópico	Nota explicativa	Descrição
Ativos de contrato	nº 3.2 e 8	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão e - Estimativa sobre taxa aplicada para predefinir os ativos de contrato.
Receita operacional líquida	nº 3.1 e 17	Julgamento sobre determinação e reconhecimento de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração do ativo de contrato e receita de operação e manutenção.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	nº 3.5.2 e 12.2	Estimativas das diferenças temporárias
Instrumentos financeiros	nº 3.8 e 20	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

(a) **Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de control

(a) Valores se referem a RAP faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (b) O contrato de

3.12.2. Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes: A partir de 1º de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

(a) Valores se referem a RAP faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (b) O contrato de

EQUATORIAL TRANSMISSORA 7 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.702/0001-60

(a) A variação é reflexo da elevação dos custos de operação realizados no período e impactos de efeitos inflacionários, na atualização financeira do ativo de contrato bem como no recebimento da RAP.

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	7845	1.573
PIS/COFINS sobre receita financeira	(365)	(73)
Outras receitas financeiras	4	4
Total de receitas financeiras	7.484	1.504
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (a)	(35.251)	(41.241)
Variação monetária da dívida (a)	(8.527)	(14.817)
Juros, multas e operação de energia	(11)	(11)
Outras despesas financeiras	(1.345)	(248)
Total de despesas financeiras	(45.141)	(56.317)

Resumo financeiro (7/25) 54-313

As variações da dívida e variação monetária, devido em função do IPCA do Iboindex, que acumulada até dezembro de 2021, estava em 10,06% e fêchou 5,9% acumulado até dezembro 2022. **20. Instrumentos financeiros: 20.1. Considerações gerais.** A Companhia efetuou análises dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, debênture e empréstimos e financeiros, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A Administração desses instrumentos financeiros visa assegurar a liquidez, a solvabilidade, o controle de risco, a eficiência operacional, a segurança e a proteção da imagem da Companhia, mantendo o equilíbrio financeiro, operacional e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratuais das versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de empréstimos e financiamentos. **20.2. Derivativos.** A Companhia utiliza derivativos financeiros e derivativos. A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados sob o risco de crédito. A dívida financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foi afetada pelo risco de crédito. Os instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão identificados conforme a seguir:

		2022		2021	
		Categoria dos instrumentos financeiros			
Ativo	Níveis	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	176	176	19.808	19.808
Aplicações financeiras	2	51.636	51.636	52.531	52.531
Contas a receber de clientes	-	14.159	14.159	12.071	12.071
Total		65.971	65.971	84.410	84.410

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2022		2021	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	10.145	10.145	12.512	12.511
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	265.999	268.318	349.568	350.722
Debêntures	-	Custo amortizado	161.458	126.612	152.813	134.45

total	437.002	405.075	514.893	497.699
Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais; Aplicações financeiras - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se a meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI; Contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais;				

[illegible]

com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação do art. 4º do CPC 48/IFRR, os institutos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisionamento para o pagamento de créditos decorrentes de operações de transmissão de energia elétrica.

(ii) Contas a receber. O Contas a receber da Companhia decorre de operações com energia elétrica resultantes de sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissões de energia elétrica, independentemente de serem de transmissão de longo ou curto prazo, e (ii) as tarifas reguladoras. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que correm os reajustes das tarifas das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que não recebem energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiraram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de energia, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação de serviços de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é utilizada (recebida/aferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da realização de transmissão (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda. De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, não se atribuiu qualquer risco de transmissão para o agente econômico responsável pela prestação de serviços financeiros e pelo risco de crédito do sistema de transmissão. Os pagamentos de transmissão são imediatamente arrecadados e fornecem garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar o risco de inadimplência dos

b) Risco de liquidez. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com os passivos financeiros que são liquados com pagamento em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é assegurar a liquidez suficiente para cumprir com as obrigações decorrentes de suas operações de financiamento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e em outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os compromissos financeiros da Companhia podem ser encontradas nas notas explicativas sobre os recursos, prêmios e fianças recebidos e pagos, respectivamente. A Administração obtida acesso à partir de sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos de caixa e de ativos financeiros, bem como o acesso a recursos de curto prazo, reduzem o seu risco de liquidez. **(i) Exposição ao risco de liquidez.** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

		2022				
	Valor contábil*	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
						Mais q 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários com garantia	265.999	422.215	-	34.968	30.777	95.447
Títulos de dívida emitidos com garantia	161.458	379.607	-	21.288	21.579	260.999
Fornecedores	10.145	10.145	10.145	-	-	-
Total	437.602	811.967	10.145	56.256	52.356	161.676

Os valores apresentados nesta coluna estão sujeitos aos fluxos dos custos de captação. Os fluxos de saída divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são afetados por variações de taxa de juros. Os fluxos de caixa contratuais são conforme divulgados nas notas explicativas nº 10 e nº 11. A Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futura desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. **O Risco de taxa de juros.** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações das taxas de juros com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de instrumentos financeiros para se proteger contra o risco de taxa de juros, segundo sua estratégia. Os impactos das variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no enquadramento em moda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Proview) e outro cenário com as taxas projetadas para 36 meses (Cenário Longview). Os impactos são considerados relevantes. O método de avaliação desta análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não é alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Impacto no resultado			
				Cenário I +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	51.797	58.748	60.486	62.224	57.010	55.421
Impacto no resultado				1.738	3.476	(1.738)	(3.476)
Passivos financeiros							
Empréstimos e debêntures	IPCA	(430.812)	(458.169)	(465.008)	(471.847)	(451.329)	(444.456)
Total de passivos financeiros							
Impacto no resultado				(6.839)	(13.678)	6.839	13.678
Efeito líquido no resultado				(5.101)	(10.203)	5.101	10.203

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa		Taxa		Taxa		Taxa	
	proposta	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
CDI (12 meses)	13,42%	12,38%	17,18%	20,13%	10,07%	10,07%	6,11%	6,11%
IPCA (+12 meses)	6,35%	5,79%	7,94%	9,53%	4,76%	3,18%	3,18%	3,18%

Fofoa: B3 e Santander d) Risco de vencimento antecipado: A Companhia possui debêntures com vencimentos que, em geral, requer a manutenção de índices econômico-financeiros estabelecidos previamente para o pagamento desses índices inclusive em vencimento antecipado por parte da Adm. Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 11 - Debêntures. **e) Risco de revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento.** Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente de julho de cada ano com base no índice de inflação acumulado no período anterior à revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica. Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Con-

nessa, devidamente corroboração pela Transmissora, a ANEL adotar as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração) **f) Riscos regulatórios e operacionais.** Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos. **Risco de interrupção do serviço:** em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras são sujeitas à redução de receita decorrente da interrupção do serviço. O risco de indisponibilidade do equipamento decorre do tipo de planejamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços. **Risco regulatório:** caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela a ANEL estão sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, podendo a determinação pela REN N° 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá variar de 1% a 10% do valor da receita bruta da transmissora. **Risco ambiental:** a Transmissora, em sua Política de Sustentabilidade, que prevê em suas Condições, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental baseado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlação a essas atividades com os impactos ambientais. Os impactos ambientais são classificados em três níveis: primeiro, quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais Stakeholders. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • **Licenciamento Ambiental**; • **Gestão de Limpeza de Água, Podas e Supressão de Vegetação**; • **Gestão de Resíduos**; • **Educação e Consientização Ambiental**; • **Gestão de Requisitos Legais**; • **Gestão de Monitoramento e Avaliação Ambiental**. Além desses macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de água e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. No SGA, a Companhia tem a etapa de planejamento, onde são avaliados os impactos ambientais das atividades, e a etapa de execução, onde os gestores/executoras de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executoras das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas atividades, equipamentos e produtos que não geram impactos ambientais, bem como, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte. **h) Gestão do capital.** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os retornos disponíveis para os acionistas, os recursos destinados ao alavancagem e a segurança proporcionada por uma política de capital saudável. Também estão estabelecidos as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. **21. Demonstração dos fluxos de caixa: 21.1. Transações que não afetam caixa.** O CPC 3 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa. Assim, as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Dividendos adicionais de 2021 distribuídos	4.706
Dividendos mínimos obrigatórios	555
Dividendos da reserva de lucros a realizar	5.208
Total	10.469

	2021	Fluxos de caixa	Pagamento de dividendos	Outros (**)	2022
Empréstimos e financiamentos	349.588	(76.612)	(34.503)	27.546	265.999
Débitos	152.813	-	(7.587)	16.232	161.458
Dividendos a pagar	4	(4.710)	-	50.469	5.763
Total	502.385	(81.322)	(42.090)	10.247	433.220

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; (*) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de depreciação e variações monetárias líquidas a pagar e a receber, o que não inclui o fim do exercício.

22. **Eventos subsequentes:** **Distribuição de dividendos adicionais.** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 24.364, decorrentes do resultado do exercício. **Decisão do STF sobre "caixa julgada"** em matéria tributária. Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "caixa julgada", sobre tributos recolhidos de forma contumida, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado, caso exista pronunciamento do STF. Assim, a decisão não possui caráter definitivo ou sob regime de repressão legal. A Companhia avaliou os efeitos resultantes desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repressão legal. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.

Conselho de Administração
Augusto Miranda da Paz Júnior
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
José Silva Sobral Neto
Carlos Augusto Leone Piani.
Diretoria Executiva
Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor Financeiro / Relação com os Investidores
Cristiano de Lima Logrado - Diretor
Aliton Costa Ferreira - Diretor
Waldénio Pereira de Oliveira - Diretor
Geovane Ximenes de Lira - Superintendente - Contador - CRC PE 012996-Q-3-S-DF.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas internacionais de auditoria emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na forma de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto de auditoria, descrevemos brevemente o contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos de auditoria são descritos na seção intitulada "Opinião". **Mensuração de ativos contratuais de transmissão:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 190.037 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 requer a obtenção do controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfatória requer o uso do tempo requerido ou uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucro esperada em cada obrigação de performance identificada e evidência documental de que a obrigação de performance foi cumprida. Além disso, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para a construção das instalações de transmissão de energia elétrica; (iii) avaliação da metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e o orçamento atualizado das obras em andamento, e as premissas utilizadas na avaliação de despesas; (v) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) análise da eventualidade de valores mobiliários; e (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de concessão e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na demonstração de resultado abrangente, são adequados para a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47. **Mensuração do ativo de contrato de transmissão (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, e se a mesma está adequada para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre a adequação da demonstração de resultado abrangente da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contá**

relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento geral da Companhia e de seus negócios. Se não houver inconsistência relevante, não expressamos opinião sobre o conteúdo do relatório da administração relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da necessidade de fazer ajustes às demonstrações contábeis para refletir os efeitos de eventos, transações e condições que possam ter impacto no uso dessas base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia absoluta de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estarão livres de distorção relevante. Distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. Os procedimentos de auditoria que utilizamos para avaliar os riscos de distorção decorrentes de fraude ou erro incluem, mas não se limitam, aos controles internos, confusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional, e com base nas evidências obtidas, emitimos uma declaração sobre a continuidade operacional. Se identificarmos alguma situação significativa em relação ao uso da base contábil de continuidade operacional da Companhia, Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção no relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamos aos responsáveis pela governança da Companhia, inclusive a diretoria, os responsáveis pelos controles internos, os responsáveis por outras informações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis de exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais pontos de atenção para os usuários das demonstrações contábeis. Se identificamos alguma situação significativa em relação ao uso da base contábil de continuidade operacional, quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

EY
Building a better
Fortaleza, 29 de março de 2023
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Lda
CPC 05/2010-10/E

Carlos Santos Mota Filho
Contador
CPF: 056003730-0

CHC-PEU20728/O

assinado e digitalmente

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicidade Legal** no portal do **Jornal de**

Brasília ou acesse o link:
jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/